



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Combate eficaz ao trabalho ilegal e garantia do emprego dos residentes

O Governo da RAEM tem sublinhado o seu empenho no combate ao trabalho ilegal e na protecção dos direitos e interesses dos residentes de Macau no acesso ao emprego, mas hoje em dia as formas de trabalho ilegal são diversificadas, não se limitando aos estabelecimentos fixos e às horas de trabalho, por isso, os problemas continuam a acontecer, prejudicando os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores locais.

As autoridades afirmaram várias vezes que têm combatido activamente o trabalho ilegal através de inspecções não periódicas e de recolha de informações por diversos meios, mas a verdade é que, até ao presente momento, as plataformas sociais ainda estão repletas de anúncios, tais como, “guias locais”, “fotógrafos acompanhantes”, etc. Tenho recebido queixas de que equipas de filmagem do Interior da China e estudantes do Interior da China que estudam em Macau estão a trabalhar ilegalmente em Macau. No entanto, de acordo com os dados estatísticos do Governo, entre 2023 e Junho deste ano, foram detectados 8 trabalhadores ilegais como “fotógrafos acompanhantes” [Nota 1], portanto, existe uma grande diferença entre a força e a eficácia da execução da lei e as expectativas da sociedade, havendo então que reforçar a respectiva fiscalização.

Para além disso, os motoristas não autorizados e ilegais afectam gravemente os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores locais e prejudicam o primado da lei e a ordem social de Macau. No passado, cheguei a manifestar, através de diversos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

meios, que as autoridades só salientavam que, se os não residentes trabalhassem sem autorização de trabalho, iam acompanhar e investigar os casos de acordo com a lei, bem como imputar as devidas responsabilidades aos infractores [Nota 2], no entanto, estas situações continuam a verificar-se. Na minha opinião, para além das actuais medidas legais, o Governo deve reforçar a execução da lei e o seu combate específico, e recorrer à revisão da lei para aumentar as sanções para o trabalho ilegal, com vista a aumentar os efeitos dissuasores e a evitar o agravamento da situação do trabalho ilegal, garantindo assim os direitos e interesses dos residentes locais no acesso ao emprego.

No que diz respeito ao emprego, no terceiro trimestre do corrente ano, a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,3 por cento, sendo idêntica à do trimestre anterior; em Agosto, existiam em Macau 183 230 trabalhadores não residentes, dos quais 150 795 não especializados, ou seja, mais 804 do que em Julho [Notas 3 a 5]. O Governo da RAEM deve continuar a rever a situação de contratação de trabalhadores não residentes não especializados nas grandes empresas, com vista a libertar postos de trabalho adequados aos residentes, para que os que pretendam encontrar esses postos de trabalho possam ter mais oportunidades, concretizando, assim, a política de dar prioridade aos trabalhadores residentes no acesso ao emprego.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. As equipas de fotografia do Interior da China ou os estudantes do Interior da China que estudam em Macau prestam serviços de “fotógrafos acompanhantes”, e as autoridades, para além de efectuarem inspecções não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

periódicas e recolherem informações, de que medidas eficazes dispõem para combater as situações em que se usa o pretexto como “estar acompanhado por amigos” e “tirar fotografias uns aos outros”, no sentido de elevar o grau de execução da lei por parte dos serviços competentes? Com vista a obter mais informações sobre o trabalho ilegal, procedeu-se a alguma comunicação e intercâmbio com o sector? Quanto à divulgação da lei e à educação, especialmente para os estudantes do Interior da China que estudam em Macau, as autoridades devem continuar a cooperar com as instituições do ensino superior de Macau, no sentido de divulgar as responsabilidades legais que devem ser assumidas por trabalho ilegal em Macau, reduzindo assim as respectivas infracções. Vão fazê-lo?

2. Segundo algumas opiniões da sociedade, os diplomas legais vigentes não são revistos há muitos anos, e o valor das multas não consegue surtir os devidos efeitos dissuasores, por isso, entende-se que é necessário aumentar as respectivas sanções. O Governo afirmou que ia continuar a dar atenção à execução da lei e às opiniões e sugestões dos diversos sectores da sociedade, e que, tendo em conta a realidade de Macau, ia ponderar prudentemente sobre o aperfeiçoamento do regime jurídico do trabalho ilegal [Nota 2]. O Governo dispõe de algum plano para a recolha de opiniões, junto das diversas partes interessadas, sobre a revisão da lei? Quando é que os respectivos trabalhos vão ter início? Com vista a elevar a eficácia do combate e a salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores locais, o Governo deve proceder a um estudo sobre o aumento das sanções e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aperfeiçoar o regime jurídico. Vai fazê-lo?

3. Segundo alguns residentes, mesmo que a taxa de desemprego melhore, os residentes continuam a ter necessidade de emprego, por isso, esperam que o Governo da RAEM concretize o objectivo da política de dar prioridade aos residentes no acesso ao emprego. O Governo deve continuar a avaliar a situação de contratação de trabalhadores não residentes pelas grandes empresas, nomeadamente, se os postos de trabalho não especializados foram reduzidos de acordo com os dados relativos à procura de emprego por parte dos residentes. O Governo vai fazer isso? Segundo os dados mais recentes, a maioria dos desempregados à procura de novo emprego trabalhou anteriormente nos sectores do comércio a retalho e do jogo [Nota 3]. Que melhorias vão ser introduzidas no âmbito da formação profissional, tendo em conta o apoio ao emprego desses grupos, e de que planos eficazes dispõe o Governo para ajudar os residentes desempregados e não empregados a integrarem-se no mercado de trabalho?

Referências:

[Nota 1] Diário de Macau: “Secretário Lei: Reavaliar as quotas para trabalhadores não residentes”, 9 de Agosto de 2024, página A04

http://www.macaodaily.com/html/2024-08/09/content_1773628.htm

[Nota 2] Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: Resposta à interpelação escrita sobre o reforço da fiscalização da execução da lei e o aperfeiçoamento da legislação para reprimir o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

trabalho ilegal (Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais)

<https://www.al.gov.mo/uploads/attachment/2024-08/2368766b1d403dacad.pdf>

[Nota 3] Portal do Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China: “Inquérito ao emprego referente ao terceiro trimestre de 2024”, 25 de Outubro de 2024

<https://www.gov.mo/pt/noticias/739607/>

[Nota 4] Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais da Região Administrativa Especial de Macau: “Número de trabalhadores não residentes e número de empresas/entidades, por ramo de actividade, no final de Julho de 2024”

https://www.dsal.gov.mo/download/pdf/statistic/nrworker/A2/A2_2024_07.pdf

[Nota 5] Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais da Região Administrativa Especial de Macau: “Número de trabalhadores não residentes e número de empresas/entidades, por ramo de actividade, no final de Agosto de 2024”

https://www.dsal.gov.mo/download/pdf/statistic/nrworker/A2/A2_2024_08.pdf

25 de Outubro de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong